



**PROCESSO** : 2021 38960 000024  
**UNIDADE GESTORA** : 38960 - Agência Tocantinense de Transportes e Obras  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO** : 2020  
**ASSUNTO** : Prestação de Contas Anual  
**TIPO DE AUDITORIA** : Avaliação da Gestão

**RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 005/2021/PCA/CGE**  
SGD N° 2021/09049/001259

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE – TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual da **Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO**, nos termos do inciso XII, art. 3°, da Lei Estadual n° 2.735/2013 e do Decreto Estadual n° 6.037/2020.

## **1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual do período de 1° de janeiro a 31 de dezembro de 2020, da Agência Tocantinense de Transportes e Obras, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças previstas no art. 10 da Instrução Normativa TCE n° 006/2003, tendo sido protocolado na Controladoria-Geral do Estado no dia 01 de fevereiro de 2021, dentro do prazo que determina o inciso II, art. 4° do Decreto Estadual n° 6.037, de 28 de janeiro 2020.

## **2. DA ANÁLISE CONTÁBIL**

### **2.1 Do Responsável**

a) O Departamento de Contabilidade no exercício de 2020 estava sob a responsabilidade da servidora **Rosirene Mourão Lima Lopes** – Contadora.

b) A contadora que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO n° 003573/O-0, conforme certidão, às fls. 34.





## 2.2 Das Demonstrações Contábeis de Natureza Orçamentária, Financeira e Patrimonial

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis, às fls. 135 a 259, relativos ao exercício de 2020, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (Siafe-TO).

### 2.2.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

O Orçamento para o exercício de 2020, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 3.622, de 18 de dezembro de 2019, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo, determinou como crédito inicial para a Agência Tocantinense de Transportes e Obras o valor de R\$ 609.235.570,00 (seiscentos e nove milhões, duzentos e trinta e cinco mil, quinhentos e setenta reais), sendo o valor autorizado de R\$ 673.025.673,00 (seiscentos e setenta e três milhões, vinte e cinco mil, seiscentos e setenta e três reais), considerando as movimentações orçamentárias durante o exercício, conforme demonstrado no Anexo 11, por fonte, às fls. 161.

#### 2.2.1.1 Receita Realizada

a) Houve arrecadação no valor de R\$ 87.908.312,16 (oitenta e sete milhões, novecentos e oito mil, trezentos e doze reais e dezesseis centavos), referente a taxas de prestação de serviços, remuneração de depósitos bancários, cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico, cota-parte da compensação financeira de recursos hídricos, multas, outras restituições e operações de créditos, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 142 e 143.

b) A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um nível de execução com percentual médio de 15,30%, abaixo do previsto, justificado à fl. 247 conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	43.950.086,00	23.646.993,21	53,80
Receitas de Capital	530.430.332,00	64.261.318,95	12,11
<b>TOTAL</b>	<b>574.380.418,00</b>	<b>87.908.312,16</b>	<b>15,30</b>

FONTE: SiafeTO - Anexo 10 (sem fonte por UG)





<b>FONTE DE RECURSOS</b>	<b>ATUALIZADA</b>	<b>ARRECADADA</b>	<b>%</b>
100 - Recursos do Tesouro	0,00	28.710,06	0,00
103 - Contrapartida	0,00	51.747,89	0,00
217 - Comp. Financeira Recursos Hídricos	12.026.382,00	6.582.220,89	54,73
219 - Operações de Crédito Internas	252.880.000,00	4.068.629,01	1,61
220 - Operações de Crédito Externas	207.752.555,00	0,00	0,00
224 - CIDE	25.926.279,00	11.173.760,38	43,10
225 - Recursos de Convênios Federais	69.802.314,00	60.209.702,78	86,26
226 - Alienação de Bens	0,00	3,00	0,00
240 - Recursos Próprios	5.992.888,00	5.793.538,15	96,67
<b>TOTAL</b>	<b>574.380.418,00</b>	<b>87.908.312,16</b>	<b>15,30</b>

FONTE: SiafeTO - Anexo 10 por UG (fonte)

### 2.2.1.2 Despesa Executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um nível regular de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 46,60%, conforme quadros a seguir:

<b>CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>AUTORIZADA</b>	<b>EXECUTADA</b>	<b>%</b>
Despesas Correntes	114.611.360,00	99.579.265,40	86,88
Despesas de Capital	558.414.313,00	214.085.337,20	38,34
<b>TOTAL</b>	<b>673.025.673,00</b>	<b>313.664.602,60</b>	<b>46,60</b>

FONTE: SiafeTO - Anexo 2

<b>FONTE DE RECURSOS</b>	<b>AUTORIZADA</b>	<b>EXECUTADA</b>	<b>%</b>
100 - Recursos do Tesouro	78.859.345,00	75.806.099,03	96,13
103 - Contrapartida	1.794.412,00	1.757.708,88	97,95
104 - Emendas Parlamentares	3.125.316,00	3.072.040,00	98,29
217 - Comp. Financeira Recursos Hídricos	12.026.382,00	6.320.807,80	52,56
218 – ADPF 568	78.161,00	64.961,00	83,11
219 - Operações de Crédito Internas	252.880.000,00	4.755.369,62	1,88
220 - Operações de Crédito Externas	207.752.555,00	123.531.983,81	59,46
224 - CIDE	38.014.300,00	30.428.615,04	80,04
225 - Recursos de Convênios Federais	69.802.314,00	60.324.029,46	86,42
240 - Recursos Próprios	5.992.888,00	4.902.987,96	81,81
260 – Desvinculação Superavit	2.700.000,00	2.700.000,00	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>673.025.673,00</b>	<b>313.664.602,60</b>	<b>46,60</b>

FONTE: SiafeTO - Anexo 11 por Fonte





### 2.2.1.3 Despesas de Exercícios Anteriores

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se às dívidas reconhecidas para as quais não existe empenho inscrito em Restos a Pagar, seja pela sua anulação ou pela não emissão da nota de empenho no momento oportuno. Originam-se, assim, de compromissos gerados em exercício financeiro anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento, para o qual o orçamento continha crédito próprio, com suficiente saldo orçamentário, mas que não tenham sido processados naquele momento.

Como observa-se no Anexo 2 - Comparativo da Despesa, Orçada, Autorizada e Realizada, às fls. 138 a 140, o montante das despesas de exercícios anteriores realizada até 31/12/2020 foi de R\$ 61.134.058,34 (sessenta e um milhões, cento e trinta e quatro mil, cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos), que equivale a aproximadamente 19,49% do total das despesas realizadas no período, no valor de R\$ 313.664.602,60 (trezentos e treze milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e dois reais e sessenta centavos).

O que se pode analisar é que estas despesas por não estarem previstas ou insuficientemente alocadas no orçamento, causam a movimentação orçamentária para sua cobertura, impactando no orçamento do exercício, prejudicando o alcance de metas e, ainda, indicando descompasso entre o que foi previsto nos instrumentos de planejamento.

### 2.2.1.4 Das Alterações do Orçamento Inicial

O orçamento inicial da Agência Tocantinense de Transportes e Obras foi de R\$ 609.235.570,00 (seiscentos e nove milhões, duzentos e trinta e cinco mil, quinhentos e setenta reais) sendo suplementado o valor de R\$ 132.518.511,00 (cento e trinta e dois milhões, quinhentos e dezoito mil, quinhentos e onze reais) reduzido o valor de R\$ 68.728.408,00 (sessenta e oito milhões, setecentos e vinte e oito mil, quatrocentos e oito reais), perfazendo um montante autorizado de R\$ 673.025.673,00 (seiscentos e setenta e três milhões, vinte e cinco mil, seiscentos e setenta e três reais), conforme balancete às fls. 233 a 235.

As suplementações no orçamento inicial da Agência Tocantinense de Transportes e Obras refletem um aumento de 21,75%, o que significa dizer que o limite de solicitação de abertura de créditos adicionais suplementares está dentro dos limites autorizados pela Lei Orçamentária Anual de 2020, que é de 30% do total da despesa inicialmente fixada em cada esfera orçamentária referida no parágrafo único do art. 3º desta Lei, em conformidade com o art. 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

### 2.2.1.5 Do Deficit Orçamentário

O Balanço Orçamentário, às fls. 173 a 174, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta deficit no valor de R\$ 225.756.290,44 (duzentos e vinte e cinco milhões, setecentos e cinquenta e seis mil,





duzentos e noventa reais e quarenta e quatro centavos). Considerando as Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária (Cotas) e Transferências Financeiras Concedidas para a Execução Orçamentária, verifica-se um deficit efetivo de R\$ 28.839.344,59 (vinte e oito milhões, oitocentos e trinta e nove mil, trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), representando 9,19% da despesa total, tendo sido emitida justificativa em nota explicativa, às fls. 247, conforme quadro abaixo:

Receitas Realizadas	87.908.312,16
Despesas Executadas	313.664.602,60
Deficit	-225.756.290,44
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	200.060.765,25
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	3.143.819,40
Saldo das Transferências	196.916.945,85
Deficit	-225.756.290,44
Deficit Efetivo	-28.839.344,59

## 2.2.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

### 2.2.2.1 Ingressos e Dispêndios

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 87.908.312,16 (oitenta e sete milhões, novecentos e oito mil, trezentos e doze reais e dezesseis centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 200.497.160,64 (duzentos milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, cento e sessenta reais e sessenta e quatro centavos), aos recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 87.134.811,41 (oitenta e sete milhões, cento e trinta e quatro mil, oitocentos e onze reais e quarenta e um centavos) e ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 52.949.337,25 (cinquenta e dois milhões, novecentos e quarenta e nove mil, trezentos e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 313.664.602,60 (trezentos e treze milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e dois reais e sessenta centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 3.150.625,88 (três milhões, cento e cinquenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais e oitenta e oito centavos), os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 66.558.491,30 (sessenta e seis milhões, quinhentos e





cinquenta e oito mil, quatrocentos e noventa e um reais e trinta centavos), restando saldo de R\$ 45.115.901,68 (quarenta e cinco milhões, cento e quinze mil, novecentos e um reais e sessenta e oito centavos) para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 178 a 181.

### 2.2.3 Balanço Patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação;

b) O Balanço Patrimonial, às fls. 184 e 185, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

I) O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante no montante de R\$ 20.620.260,72 (vinte milhões, seiscentos e vinte mil, duzentos e sessenta reais e setenta e dois centavos), indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo;

II) O Ativo Não Circulante foi de R\$ 943.263.919,49 (novecentos e quarenta e três milhões, duzentos e sessenta e três mil, novecentos e dezenove reais e quarenta e nove centavos), composto pelo Imobilizado e Intangível;

III) O Quadro do Superavit/Deficit Financeiro às fls. 188, demonstra um deficit financeiro de R\$ 21.519.195,91 (vinte e um milhões, quinhentos e dezenove mil, cento e noventa e cinco reais e noventa e um centavos), obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 45.131.090,43 (quarenta e cinco milhões, cento e trinta e um mil e noventa reais e quarenta e três centavos), com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 66.650.286,34 (sessenta e seis milhões, seiscentos e cinquenta mil, duzentos e oitenta e seis reais e trinta e quatro centavos), conforme Quadro do Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, às fls. 186, não sendo apresentada justificativa;

IV) Os bens patrimoniais, estão registrados no imobilizado no Balanço Patrimonial, às fls. 184, e no Balancete às fls. 219, no valor total de R\$ 943.161.240,29 (novecentos e quarenta e três milhões, cento e sessenta e um mil, duzentos e quarenta reais e vinte e nove centavos), sendo R\$ 174.090.646,21 (cento e setenta e quatro milhões, noventa mil, seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e um centavos) referente a bens móveis, R\$ 790.010.307,75 (setecentos e noventa milhões, dez mil, trezentos e sete reais e setenta e cinco centavos) de bens imóveis e a depreciação dos bens móveis no valor de R\$ 20.939.713,67 (vinte milhões, novecentos e trinta e nove mil, setecentos e treze reais e sessenta e sete centavos), havendo divergência dos valores apresentados para os bens móveis registrados no SIGA, às fls. 300 a 306, tendo sido apresentada justificativa em Nota Explicativa às fls. 252;





V) A conta contábil “Estoques”, às fls. 184, apresenta saldo no valor de R\$ 11.024.835,06 (onze milhões, vinte e quatro mil, oitocentos e trinta e cinco reais e seis centavos), que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 316;

VI) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, às fls. 184, registra saldo no valor total de R\$ 45.115.893,88 (quarenta e cinco milhões, cento e quinze mil, oitocentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos);

VII) O montante de “Caixa e Equivalente de Caixa” valor é composto pelo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento disponibilizado pelo Tesouro na referida UG somados aos saldos apresentados nas contas bancárias e aplicações, que confere com o Balancete às fls. 218 a 242 e com a conciliação bancária, às fls. 318 e 319, conforme discriminação abaixo:

- R\$ 40.086.871,19 (quarenta milhões, oitenta e seis mil, oitocentos e setenta e um reais e dezenove centavos) nas contas bancárias específicas;
- R\$ 75.954,39 (setenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) de aplicações financeiras (Poupança);
- R\$ 4.953.068,30 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e três mil, sessenta e oito reais e trinta centavos) de limite de saque com vinculação de pagamento.

VIII) As contas do Passivo Circulante, às fls. 185, totalizam um saldo de R\$ 55.559.600,93 (cinquenta e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil e seiscentos reais e noventa e três centavos), correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, Obrigações Fiscais a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo;

IX) As contas do Passivo Não Circulante, às fls. 185, totalizam um saldo de R\$ 1.093.823,08 (um milhão, noventa e três mil, oitocentos e vinte e três reais e oito centavos) referente a Demais Obrigações a Longo Prazo.

### **2.2.3.1 Passivo Permanente**

Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta no Balanço Patrimonial, no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanente, às fls. 186, um saldo no exercício em análise de R\$ 21.981.711,44 (vinte e um milhões, novecentos e oitenta e um mil, setecentos e onze reais e quarenta e quatro centavos) no Passivo Permanente, tendo sido informado em nota explicativa, às fls. 256.

Verifica-se ainda que esse valor compõe o Anexo 16 – Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa (para fins de Resultado Primário) às fls. 194, referente a passivos reconhecidos com atributo “P”, este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, ou seja, não transitaram pela Lei Orçamentária Anual de 2020,





elevando a despesa de R\$ 313.664.602,60 (trezentos e treze milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e dois reais e sessenta centavos) para R\$ 335.646.314,04 (trezentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, trezentos e quatorze reais e quatro centavos), incluindo esses passivos no exercício.

No exercício anterior, havia um saldo na conta de Passivo Permanente no valor de R\$ 49.779.223,75 (quarenta e nove milhões, setecentos e setenta e nove mil, duzentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos), havendo cancelamento, no exercício de 2020, no valor de R\$ 29.100.564,64 (vinte e nove milhões, cem mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), às fls. 194, resultando em uma redução da dívida, contudo não sendo informada em nota explicativa essa baixa.

#### 2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 302.060.910,10 (trezentos e dois milhões, sessenta mil, novecentos e dez reais e dez centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 126.405.658,46 (cento e vinte e seis milhões, quatrocentos e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta e seis centavos), demonstrando resultado patrimonial positivo do período, no montante de R\$ 175.655.251,64 (cento e setenta e cinco milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos), conforme demonstrado às fls. 190 a 192.

#### 2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de R\$ 45.115.901,68 (quarenta e cinco milhões, cento e quinze mil, novecentos e um reais e sessenta e oito centavos), às fls. 212.

A Demonstração do Fluxo de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor negativo de R\$ 7.833.435,57 (sete milhões, oitocentos e trinta e três mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no valor positivo de R\$ 124.386.092,35 (cento e vinte e quatro milhões, trezentos e oitenta e seis mil, noventa e dois reais e trinta e cinco centavos), das atividades de investimentos no valor negativo de R\$ 196.378.491,84 (cento e noventa e seis milhões, trezentos e setenta e oito mil, quatrocentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos), do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento no valor positivo de R\$ 64.158.963,92 (sessenta e quatro milhões, cento e cinquenta e oito mil, novecentos e sessenta e três reais e noventa e dois centavos) que somado ao Caixa e Equivalente de Caixa inicial no valor de R\$ 52.949.337,25 (cinquenta e dois milhões, novecentos e quarenta e nove mil, trezentos e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos)



resultou num saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final de R\$ 45.115.901,68 (quarenta e cinco milhões, cento e quinze mil, novecentos e um reais e sessenta e oito centavos).

### **2.2.6 Restos a Pagar**

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de R\$ 47.633.598,46 (quarenta e sete milhões, seiscentos e trinta e três mil, quinhentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos), deste montante, R\$ 14.948.427,43 (quatorze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e vinte e sete reais e quarenta e três centavos), refere-se a restos a pagar processados e R\$ 32.685.171,03 (trinta e dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, cento e setenta e um reais e três centavos) refere-se a restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro às fls. 178, havendo suficiência de caixa para atendê-las.

b) Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores no valor de R\$ 37.233.889,35 (trinta e sete milhões, duzentos e trinta e três mil, oitocentos e oitenta e nove reais e trinta e cinco centavos), demonstrado às fls. 175, do qual foi liquidado R\$ 10.267.667,17 (dez milhões, duzentos e sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta e sete reais e dezessete centavos), pago R\$ 10.051.162,02 (dez milhões, cinquenta e um mil, cento e sessenta e dois reais e dois centavos) e cancelado R\$ 17.840.760,55 (dezessete milhões, oitocentos e quarenta mil, setecentos e sessenta reais e cinquenta e cinco centavos), restando ainda um saldo de R\$ 9.341.966,98 (nove milhões, trezentos e quarenta e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos), não sendo apresentada justificativa.

c) Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. 176, foi pago R\$ 17.000.128,12 (dezessete milhões, cento e vinte e oito reais e doze centavos), cancelados o valor de R\$ 514.296,15 (quinhentos e quatorze mil, duzentos e noventa e seis reais e quinze centavos), restando um saldo de R\$ 7.335.690,46 (quatro milhões, setecentos e trinta e quatro mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e um centavos), não sendo apresentada justificativa.

### **3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

a) O Relatório de Gestão, às fls. 35 a 131, consoante disposições do art. 10, inciso IV da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, demonstra que as atribuições da Agência Tocantinense de Transportes e Obras, foram desenvolvidas com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual nº 3.609/2019, bem como nas ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 3.622/2019.





b) Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento, no primeiro e segundo quadrimestres do exercício em análise, pelos analistas da Controladoria-Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e ações orçamentárias, conforme demonstrados a seguir:

### 3.1 Objetivos e Metas Estabelecidos no PPA

#### 3.1.1 Objetivos

No relatório de gestão está demonstrado que as atribuições da Agência Tocantinense de Transportes e Obras, foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance de 01 (um) objetivo, às fls. 45 e 46, definido no Programa Temático 1152 – Transporte e Logística.

#### 3.1.2 Metas Regionalizadas

Para o **Objetivo 0517 - Fortalecimento do sistema de logística viária do Estado do Tocantins**, foram estabelecidas 07 (sete) metas regionalizadas, sendo que 02 (duas) metas superaram a execução, 01 (uma) com regular execução, 01 (uma) com baixa execução e 03 (três) não tiveram execução em relação ao previsto para o exercício de 2020, conforme quadro abaixo e os demonstrativos extraídos do sistema de acompanhamento da Execução orçamentária às fls. 51 a 60.

#### Metas do Objetivo Regionalizadas

Meta	Metas do Objetivo (2020)			Execução	
	Região	Medida	Prevista	2020	%
<b>Programa 1152 – Transporte e Logística.</b>					
<b>Objetivo – 0517 - Fortalecimento do sistema de logística viária do Estado do Tocantins</b>					
Construir obras de arte especial (pontes, bueiros e galerias)	Estadual	un	20	0,00	0,00
Pavimentar rodovias estaduais	Região de Planejamento Central	km	26	0,00	0,00
Pavimentar rodovias estaduais	Região de Planejamento Centro-Oeste	km	38	0,00	0,00
Pavimentar rodovias estaduais	Região de Planejamento Sul	km	58	9,62	16,58
Conservar e restaurar rodovias estaduais	Estadual	km	7.500	11.482,24	153,09
Fiscalizar o trânsito nas rodovias estaduais	Estadual	km	3.000	4.986,00	166,20
Construir a ponte de Porto Nacional	Região de Planejamento Central	%	10	6,39	63,90

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA





### 3.2 Indicadores

A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 02 (dois) indicadores, sendo 01 (um) considerado com o índice apurado satisfatório e o outro não satisfatório para o planejado em 2020, conforme análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 47 a 50.

### 3.3 Ações Temáticas

a) Conforme informações extraídas do Plano Plurianual - PPA, Lei Orçamentária Anual - LOA e Sistema de Administração Financeira do Estado do Tocantins - Siafe-TO, detalhadas no quadro abaixo, durante o exercício de 2020, as 22 (vinte e duas) ações temáticas vinculadas ao Programa Temático 1152 – Transporte e Logística, representaram um orçamento autorizado de R\$ 579.624.246,00 (quinhentos e setenta e nove milhões e seiscentos e vinte e quatro mil e duzentos e quarenta e seis reais), às fls. 61 a 115.

#### Ações Temáticas por Programa

Ação	Meta Financeira							Metas Físicas			
	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A (%)	L/A (%)	Produto	Prevista	Realizado	Execução (%)
<b>Programa – 1152 - Transporte e Logística</b>											
3042	20.752.555,00	-10.909.192,00	9.843.363,00	5.099.261,02	4.765.928,99	51,80	48,41	Estrada vicinal melhorada	507,00	210	41,42
3048	18.500.000,00	2.149.827,00	20.649.827,00	17.734.309,41	17.451.160,52	85,88	84,50	Rodovia pavimentada	18,00	9	50,00
3059	90.500.000,00	14.561.265,00	105.061.265,00	98.755.141,69	83.842.497,94	93,99	79,80	Rodovia estadual conservada	1.556,00	1.556	100,00
3062	3.210.000,00	0,00	3.210.000,00	772.923,00	547.923,00	24,07	17,06	Equipamento adquirido	100,00	24	24,00
3073	62.000.000,00	-1.100.000,00	60.900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Ponto Crítico Eliminado	20,00	0	0,00
4003	2.080.000,00	433.100,00	2.513.100,00	438.366,51	438.366,51	17,44	17,44	Projeto PDRIS desenvolvido	100,00	17	17,00
4026	49.580.000,00	6.255.264,00	55.835.264,00	6.831.148,71	6.584.898,71	12,23	11,79	Obra de arte especial executada	100,00	0	0,00
4039	8.126.279,00	-1.261.271,00	6.865.008,00	5.244.481,20	4.766.578,37	76,39	69,43	Projeto Elaborado	221,00	143	64,70
4082	6.674.888,00	-4.283.000,00	2.391.888,00	1.750.886,38	1.700.886,38	73,20	71,11	Rodovia sinalizada	1.000,00	1.159	115,90
4106	46.125.000,00	25.026.264,00	71.151.264,00	62.606.174,69	59.427.367,60	87,99	83,52	Estrada vicinal melhorada	1.500,00	1.784	118,93
4114	2.745.000,00	-1.315.000,00	1.430.000,00	412.927,78	8.458,50	28,87	0,59	Veículo Fiscalizado	396.000,00	71.638	18,09
4120	76.405.000,00	-11.427.283,00	64.977.717,00	69.743,25	69.743,25	0,10	0,10	Rodovia pavimentada	122,00	0	0,00
4121	144.404.537,00	6.588.187,00	150.992.724,00	14.493.757,25	13.383.045,36	9,59	8,86	Via urbana pavimentada	4.055.000,00	69.323	1,70
4122	1.800.000,00	-61.342,00	1.738.658,00	1.358.124,05	1.358.124,05	78,11	78,11	Operação de policiamento realizada	125,00	106	84,80
4130	280.000,00	-69.531,00	210.469,00	14.820,00	14.820,00	7,04	7,04	Ação educativa realizada	46,00	25	54,34
4162	362.000,00	-200.000,00	162.000,00	9.247,50	9.247,50	5,70	5,70	Passivo Ambiental Recuperado	6,00	8	133,33
4163	2.975.000,00	-335.322,00	2.639.678,00	2.037.284,79	2.037.284,79	77,17	77,17	Rodovia Est. não pavimentada conservada	3.000,00	5.661	188,70
4164	10.336.382,00	3.635.826,00	13.972.208,00	10.412.455,74	9.282.909,14	74,52	66,43	Rodovia Estadual pavimentada conservada	2.500,00	4.265	170,60
4167	2.935.000,00	1.560.961,00	4.495.961,00	1.982.572,40	609.193,30	44,09	13,54	Obra Licenciada	25,00	19	76,00
4311	153.000,00	-15.000,00	138.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Empreendimento analisado	290,00	135	46,55
4347	50.000,00	240.658,00	290.658,00	64.885,25	14.885,25	22,32	5,12	Obra aeroviária desenvolvida	1,00	0	0,00
4357	835.000,00	-679.806,00	155.194,00	24.349,50	24.349,50	15,68	15,68	Faixa de domínio regularizada	7.000,00	2.042	29,17
<b>Total</b>	<b>550.829.641,00</b>	<b>28.794.605,00</b>	<b>579.624.246,00</b>	<b>230.112.860,12</b>	<b>206.337.668,66</b>	<b>39,70</b>	<b>35,59</b>				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA





b) Depreende-se da análise acima que a Agência Tocantinense de Transportes e Obras, apresentou, de forma geral, um baixo desempenho orçamentário e financeiro, tendo empenhado 39,70% dos recursos autorizados.

c) A ação 3042, evidencia uma regular execução orçamentária e financeira de 51,80%, com execução meta física de 41,42%, conforme as justificativas apresentadas pelo responsável da ação às fls. 62 e 63.

d) Observou-se que a ação 3048, alcançou uma execução orçamentária e financeiro de 85,88%, para uma razoável execução meta física de 50%, conforme justificativas e os demonstrativos às fls. 64.

e) A ação 3073, foi definida como prioritária de acordo com o Anexo IV da Lei Estadual nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019, não apresentando execução da meta física e nem financeira da meta planejada para o exercício de 2020, evidenciando assim a não priorização da referida ação, sendo apresentada as justificativas no demonstrativo, às fls. 69.

f) As ações 4026, 4120 e 4121, foram definidas como prioritária de acordo com o Anexo IV da Lei Estadual nº 3.621, de 18 de dezembro de 2019, apresentando 0,00%, 0,00% e 1,70% da execução da meta física e 12,23%, 0,10% e 9,59% da meta financeira planejada para o exercício de 2020, evidenciando assim a não priorização da referida ação, sendo apresentada as justificativas no demonstrativo, às fls. 72, 73, 84, 85, 86 e 87.

g) Em relação as ações 3062, 4003, 4114 e 4357, apresentam uma baixa execução orçamentaria e financeira de 24,07%, 17,44%, 28,87% e 15,68%, respectivamente, e baixa execução da meta física planejada de 24%, 17%, 18,09%, % e 29,17%, conforme os esclarecimentos apresentados pelo responsável da ação nos demonstrativos às fls. 68, 70, 71, 82, 83, 114 e 115.

h) Observou-se que as ações 4163 e 4164, apresentaram uma execução orçamentária e financeira de 77,17 % e 74,52%, sendo que superou a execução da meta física planejada em 188,70% e 170,60%, conforme os demonstrativos extraídos do sistema de acompanhamento da Execução orçamentária e os esclarecimentos apresentados pelo responsável da ação, às fls. 94 a 98, 99 a 103.

i) As ações 4082, 4106 e 4162 evidenciam uma execução orçamentária e financeira de 73,20%, 87,99% e 5,70% respectivamente, com alcance superior à meta física planejada de 115,90%, 118,93% e 133,33% conforme as justificativas apresentadas pelo responsável da ação às fls. 76 a 78, 79 a 81 e 92 e 93.

j) Quanto as ações 4130 e 4167, foi observada uma execução da meta física planejada de 54,34% e 76%, respectivamente, utilizando 7,04% e 44,09% dos recursos orçamentários, Contudo, tendo sido apresentados justificativas pelo responsável das ações, conforme demonstrativo às fls. 90, 91, 104 a 107 , sempre considerando que na elaboração da ação temática para cada unidade da meta física da ação é necessário mensurar a estimativa de





custo (recurso orçamentário) necessário para sua execução, totalizando assim o valor autorizado do orçamento para a referida ação.

k) A ação 4347, observou-se baixo desempenho orçamentário e financeiro de 22,32%, sendo que não houve execução da meta física planejada, conforme esclarecimentos apresentados pelo responsável da ação no demonstrativo às fls. 112 e 113.

l) Para ação 4311, verificou-se alcance da meta física planejada de 46,55%, contudo não apresenta desempenho orçamentário e financeiro. Contudo, os esclarecimentos apresentados pelo responsável das ações, conforme demonstrativo às fls. 108 a 111 foram insuficientes, considerando que na elaboração da ação temática para cada unidade da meta física da ação é necessário mensurar a estimativa de custo (recurso orçamentário) necessário para sua execução, totalizando assim o valor autorizado do orçamento para a referida ação.

### 3.4 Ações de Gestão

a) A execução das ações de Gestão do Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo, com o total 06 (seis) ações de gestão financeira, as quais representam um orçamento autorizado de R\$ 93.401.427,00 (noventa e três milhões e quatrocentos e um mil e quatrocentos e vinte e sete reais), demonstrando que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 89,45% de execução, em relação ao valor empenhado, conforme quadro abaixo e nos demonstrativos, às fls. 116 a 124.

#### Ações de Gestão Financeira por Programa

Ação		Meta Financeira						
Código	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A%	L/A%
<b>Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo</b>								
4249	Manutenção de serviços de transporte	1.070.000,00	2.087,00	1.072.087,00	1.035.455,87	874.202,62	96,58	81,54
4198	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.147.000,00	3.581.530,00	5.728.530,00	5.263.235,61	4.948.577,95	91,87	86,38
4342	Assistência e manutenção às residências rodoviárias	10.158.385,00	24.321.016,00	34.479.401,00	25.165.720,93	16.809.578,67	72,98	48,75
4238	Manutenção de serviços de informática	320.000,00	-286.710,00	33.290,00	33.263,13	0,00	99,91	0,00
4272	Promoção da segurança de trabalho coletivo e individual	200.000,00	-182.425,00	17.575,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4222	Manutenção de recursos humanos	44.510.544,00	7.560.000,00	52.070.544,00	52.054.066,94	52.009.403,67	99,96	99,88
<b>Total Geral</b>		<b>58.405.929,00</b>	<b>34.995.498,00</b>	<b>93.401.427,00</b>	<b>83.551.742,48</b>	<b>74.641.762,91</b>	<b>89,45</b>	<b>79,91</b>

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

b) Observa-se que as ações 4238 e 4272, não tiveram desempenho orçamentário e financeiro, conforme quadro acima e análise/justificativas apresentadas nos demonstrativos extraídos do sistema de acompanhamento da Execução orçamentária, às fls.119 e 120.





#### **4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE, MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES**

No que concerne a Agência Tocantinense de Transportes e Obras consta receita arrecadada acumulada de Outras Transferências de Convênios da União na ordem de R\$ 60.194.844,22 (sessenta milhões, cento e noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e vinte e dois centavos), conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 142.

Houve concessão de recursos a municípios na ordem de R\$ 3.053.500,00 (três milhões, cinquenta e três mil e quinhentos reais), sendo transferido no exercício de 2020, o montante de R\$ 246.250,00 (duzentos e quarenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais), restando a transferir o valor de R\$ 2.807.250,00 (dois milhões, oitocentos e sete mil, duzentos e cinquenta reais), conforme demonstrado anexo 2, às fls. 138 a 140, os quais foram inscritos em restos a pagar, conforme demonstra o Relatório dos Saldos a Liquidar das Notas de Empenho - IMPBALDO, fls.198 e 199.

#### **5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS A DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS.**

Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à Agência Tocantinense de Transportes e Obras, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria-Geral do Estado.

Com base na Instrução Normativa nº 01/2017 que dispõe e disciplina a obrigatoriedade do envio de processos para análise e emissão de opinativo pela Controladoria, foram analisados da Agência Tocantinense de Transportes e Obras 04 (quatro) processos concernente à adesão em ata de registro de preços, 01 (um) processo de reajustamento e apostilamento e 01 (um) processo de dispensa de licitação, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas, e, ainda, a Controladoria dedica-se a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, realizando atendimentos presenciais e telefônicos para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitações, dentre outras.





## 6. PROCEDIMENTOS FISCALIZATÓRIOS

De acordo com o Plano de Metas 2020 da Controladoria – Geral do Estado foram realizadas 21 (vinte e um) procedimentos fiscalizatórios nos Órgãos e Entidades do Poder Executivo abaixo relacionados:

TIPO	ÓRGÃO	OBJETIVO	INSTRUMENTO
Auditoria Operacional	Secretaria de Estado da Saúde	Verificar a eficiência e eficácia, quanto à aquisição, recebimento, guarda, distribuição e dispensação de materiais e medicamentos-mat/med, nas unidades de saúde da Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins.	Portaria CGE nº 086/2019, que instaura Auditoria Operacional no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, especificamente no “Sistema de Logística”, publicada no D.O.E nº 5.394, de 09/07/2019.
Auditoria de Regularidade	Secretaria da Administração PLANSAÚDE	Examinar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário e operacional, nos exercícios financeiros, que compreendem os anos de 2017 a 2019.	Portaria CGE nº 202/2019, que instaura Auditoria de Regularidade no âmbito da Secretaria de Estado da Administração, especificamente no PLANSAÚDE, publicada no D.O.E nº 5.436, de 05/09/2019.
Inspeção	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Averiguar possíveis irregularidades no pagamento de diárias a servidores, para participação em projeto de capacitação de cidadãos.	Portaria CGE nº 12/2020, que instaura procedimento de inspeção no âmbito da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social, publicada no D.O.E nº 5.550, de 21/02/2020
Inspeção	Secretaria da Comunicação	Apuração dos fatos acerca de caixa com panfletos de campanha contra o novo coronavírus, COVID-19, descartada em matagal na Quadra 903 Sul (ACSO 91)	Portaria CGE nº 104/2020, que instaura procedimento de inspeção, no âmbito da Secretaria da Comunicação, publicada no D.O.E nº 5.676, de 21/08/2020.
Inspeção	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins	Aferir a confiabilidade, segurança, fidedignidade e consistências dos Sistemas de Almoarifado e Patrimônio, evidenciar possíveis impropriedades/ irregularidades constatadas e recomendar a implantação de medidas corretivas.	Portaria CGE nº 136/2020, que instaura procedimento de inspeção no âmbito da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins, publicada no D.O.E nº 5.717, de 04/11/2020.
Inspeção	Secretaria da Educação, Juventude e Esportes	Examinar a veracidade das informações inseridas pelo órgão, no Sistema de Acompanhamento de Convênios e Parcerias.	Portaria CGE nº 137/2020, que instaura procedimento de inspeção no âmbito da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, publicada no D.O.E nº 5.717, de 04/11/2020.
Inspeção	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Examinar a veracidade das informações inseridas pelo órgão, no Sistema de Acompanhamento de Convênios e Parcerias.	Portaria CGE nº 130/2020, que instaura procedimento de inspeção no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, publicada no D.O.E nº 5.718, de 05/11/2020.
Inspeção	Instituto Natureza do Tocantins	Examinar a veracidade das informações inseridas pelo órgão, no Sistema de Acompanhamento do PPA.	Portaria CGE nº 134/2020, que instaura procedimento de inspeção no âmbito do Instituto Natureza do Tocantins, publicada no D.O.E nº 5.716, de 03/11/2020.
Inspeção	Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa	Examinar a veracidade das informações inseridas pelo órgão, no Sistema de Acompanhamento do PPA.	Portaria CGE nº 139/2020, que instaura procedimento de inspeção no âmbito da Agência do Desenvolvimento do Turismo, Cultura e Economia Criativa, publicada no D.O.E nº 5.716, de 03/11/2020.
Inspeção	Agência Tocantinense de Transportes e Obras	Examinar a veracidade das informações inseridas pelo órgão, no Sistema de Acompanhamento do PPA.	Portaria CGE nº 138/2020, que instaura procedimento de inspeção no âmbito da Agência Tocantinense de Transportes e Obras, publicada no D.O.E nº 5.718, de 05/11/2020.
Inspeção	Casa Militar	Aferir a confiabilidade, segurança, fidedignidade e consistências dos Sistemas de Almoarifado e Patrimônio, evidenciar possíveis impropriedades/ irregularidades constatadas e recomendar a implantação de medidas corretivas.	Portaria CGE nº 135/2020, que instaura procedimento de inspeção no âmbito da Casa Militar, publicada no D.O.E nº 5.723, de 12/11/2020.





Inspeção	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	Aferir a confiabilidade, segurança, fidedignidade e consistências dos Sistemas de Almoarifado e Patrimônio, evidenciar possíveis impropriedades/ irregularidades constatadas e recomendar a implantação de medidas corretivas.	Portaria CGE nº 140/2020, que instaura procedimento de inspeção no âmbito da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, publicada no D.O.E nº 5.723, de 12/11/2020.
Inspeção	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Averiguar as práticas gerenciais em torno do processo de aquisição, a gestão na entrega ao favorecido final, de 200.000 (duzentos mil) cestas básicas.	Portaria CGE nº 130/2020, que instaura procedimento de inspeção no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, publicada no D.O.E nº 5.718, de 05/11/2020.
Inspeção	Todos os órgãos que recebem recursos de convênio	Realizar Estudos sobre o montante de restituição de recursos de convênios pelo Estado, assim como seus impactos na realização das ações pactuadas, compreendendo o período de 2015 a 2019.	Portaria CGE nº 141/2020, que instaura procedimento de avaliação de resultados órgãos que recebem recursos de convênio, publicada no D.O.E nº 5.723, de 12/11/2020.
Tomada de Contas Especial	Agência de Fomento do Estado do Tocantins	Apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar possíveis danos causados ao erário estadual, em decorrência de rescisões contratuais baseadas no Decreto nº 5.881, de 8 de novembro de 2018, conforme processo nº 2020/99920/000007.	Portaria CGE nº 45/2020, que instaura procedimento de Tomada de Contas Especial, no âmbito da Agência de Fomento do Estado do Tocantins, publicada no D.O.E nº 5.601, de 15 de maio de 2020
Tomada de Contas Especial	Agência de Fomento do Estado do Tocantins	Apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar possíveis danos causados ao erário estadual, em decorrência de rescisões contratuais baseadas no Decreto nº 5.881, de 8 de novembro de 2018, conforme processo nº 2020/99920/000008.	Portaria CGE nº 45/2020, que instaura procedimento de Tomada de Contas Especial, no âmbito da Agência de Fomento do Estado do Tocantins, publicada no D.O.E nº 5.601, de 15 de maio de 2020
Tomada de Contas Especial	Agência de Fomento do Estado do Tocantins	Apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar possíveis danos causados ao erário estadual, na execução do contrato nº 26/2015, relativo à aquisição de mobiliários, conforme processo nº 2020/99920/000010.	Portaria CGE nº 46/2020, que instaura procedimento de Tomada de Contas Especial, no âmbito da Agência de Fomento do Estado do Tocantins, publicada no D.O.E nº 5.601, de 15 de maio de 2020
Tomada de Contas Especial	Agência de Fomento do Estado do Tocantins	Apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar possíveis danos causados ao erário estadual, na execução do contrato nº 19/2015, relativo à obra de reforma do prédio que sedia a referida Agência, conforme processo nº 2020/99920/000009.	Portaria CGE nº 47/2020, que instaura procedimento de Tomada de Contas Especial, no âmbito da Agência de Fomento do Estado do Tocantins, publicada no D.O.E nº 5.601, de 15 de maio de 2020
Tomada de Contas Especial	Agência de Fomento do Estado do Tocantins	Apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar possíveis danos causados ao erário estadual, na execução do contrato nº 20/2008, relativo à aquisição de licença de uso e manutenção de software, conforme processo nº 2020/99920/000006.	Portaria CGE nº 48/2020, que instaura procedimento de Tomada de Contas Especial, no âmbito da Agência de Fomento do Estado do Tocantins, publicada no D.O.E nº 5.601, de 15 de maio de 2020.
Fiscalização	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Acompanhar a entrega de cestas básicas em municípios do Estado do Tocantins	Ofício SETAS nº 635/GABSEC, registrado no SGD sob o número: 2020/41009/004200, que solicita servidores da CGE para acompanhar a entrega de cestas básicas em municípios do Estado do Tocantins.
Fiscalização	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Averiguar a metodologia empregada no repasse das cestas básicas aos municípios e ao favorecido final	Portaria CGE nº 219/2020, que instaura procedimento fiscalizatório no âmbito da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, publicada no D.O.E nº 5.750, de 21/12/2020.

## 7. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA

Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE, realizou uma Auditoria na Agência Tocantinense de Transportes e Obras,





concernente ao Contrato nº 009/2019, firmado entre a AGETO e empresa Consórcio CREMA Paraíso no exercício em análise, conforme informado às fls. 933.

## 8. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

a) Com referência à força de trabalho foi informado pela Entidade, às fls. 910 a 914, um quantitativo de 968 (novecentos e sessenta e oito) servidores, sendo 177 (cento e setenta e sete) servidores efetivos, 51 (cinquenta e um) comissionados, 34 (trinta e quatro) efetivos comissionados, 56 (cinquenta e seis) efetivos com função comissionada, 202 (duzentos e dois) celetista, 01 (um) celetista comissionado, 441 (quatrocentos e quarenta e um) contratos temporários e 6 (seis) desligados, conforme folhas de pagamento do mês de dezembro de 2020.

b) Quanto aos quantitativos de admitidos no exercício de 2020 às fls. 916 a 927, informamos que houve admissão de 472 (quatrocentos e setenta e dois) servidores por meio de contratos temporários.

c) Infere-se ainda, que os servidores responsáveis pela Agência estão quites com a apresentação da Declaração de Bens e Renda, conforme declaração emitida pelo Superintendente de Administração e Finanças às fls. 931.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Juliana Passarin, Ruberval Sousa de França, Alessandro Maia Bezerra e outros** relacionados neste processo, às fls. 07 a 08, **COM RESSALVAS** aos itens **2.2.1.1 alínea “b”;** **2.2.1.3;** **2.2.1.5;** **2.2.3 alíneas “b” III e IV;** **2.2.3.1;** **2.2.6 alíneas “b” e “c”;** **3.1.2;** **3.2;** **3.3 alíneas “b”, “e”, “f”, “g”, “k” e “l” e 3.4 alínea “b”,** deste relatório.

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO**, em Palmas, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2021.

Assinado eletronicamente

**Maria Creusa Barros de Melo Prehl**  
Analista/PPA

Assinado eletronicamente

**Eduardo Monteiro Gomes**  
Analista/Contador





Assinado eletronicamente

**Maria Alice Vieira Labres**  
Analista/Supervisor

Assinado eletronicamente

**Sergivan Sales de Brito**  
Gerente de Auditoria em Políticas de  
Infraestrutura e Sustentabilidade

Assinado eletronicamente

**Eva Moreira Martins Santos**  
Diretora de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente

**Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda**  
Diretora de Controle da Gestão  
Governamental e Prevenção à Corrupção

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente parecer de auditoria.

Em 26/02/2021.

Assinado eletronicamente

**Benedito Martiniano da Costa Neto**  
Superintendente

